

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 377/XII/3.ª

Preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente.

Dia: 5 de junho de 2014

1.º Peticionário: Alfredo José de Sousa

Recebidos por: Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) – Relatora da petição;
Deputado Eduardo Cabrita (PS) – Presidente da Comissão;
Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD);
Deputado Cristóvão Crespo (PSD);
Deputado Duarte Pacheco (PSD);
Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD);
Deputada Maria Mercês Borges (PSD);
Deputado João Galamba (PS);
Deputado Pedro Jesus Marques (PS);
Deputado Pedro Nuno Santos (PS);
Deputado Artur Rêgo (CDS-PP);
Deputado Fernando Barbosa (CDS-PP);
Deputado Paulo Sá (PCP);
Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Síntese dos Temas Abordados:

O Presidente da Comissão, Senhor Deputado Eduardo Cabrita, deu as boas-vindas aos peticionários presentes, em nome da COFAP, dando nota do enquadramento da audição no âmbito da tramitação parlamentar da Petição n.º 377/XII/3.ª e recordando a presença, com a Senhora Presidente da Assembleia da República, na audiência para de receção da Petição na Assembleia da República, termos em que acompanhava as

diligências efetuadas no âmbito da apreciação da Petição, após o que deu a palavra à relatora para a condução dos trabalhos.

De seguida, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), relatora da Petição, deu igualmente as boas-vindas aos representantes dos subscritores da Petição em apreciação e deu conta do modo de condução dos trabalhos, após o que deu a palavra aos Peticionários para uma intervenção inicial.

Os representantes dos peticionários, nas pessoas do Dr. Alfredo de Sousa e do Prof. Paulo Trigo Pereira, efetuaram uma alocução inicial, na qual reiteraram os argumentos constantes da Petição, dando ainda nota dos principais pontos constantes do documento “Contributo para o Debate Público em torno da Dívida Pública”, subscrito por quatro economistas e que entregaram na audição. Em particular, enquadraram a problemática no contexto europeu, a implicação das restrições orçamentais sem possibilidade de renegociação da dívida, e as perspetivas de médio e longo prazo daí decorrentes. Apresentaram, ainda, diversas propostas e modalidades possíveis de renegociação da dívida, e os objetivos principais para que um processo desta natureza seja bem-sucedido.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS), que saudou os peticionários e a oportunidade da petição quanto ao debate sobre a reestruturação da dívida pública, questionando os subscritores da petição quanto ao impacto das medidas de austeridade e a possibilidade de conseguir concomitantemente, com os multiplicadores orçamentais vigentes, os níveis de crescimento e de saldo primário previstos. Quanto às modalidades de renegociação apresentadas, registou a preocupação quanto ao *private sector involvement*, solicitando um aprofundamento da argumentação em sede de reestruturação e de promoção da sustentabilidade da dívida.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que saudou os peticionários e a iniciativa da sociedade civil, considerando importante refletir sobre os motivos que trouxeram o problema da dívida até onde se coloca neste momento. Sublinhou, de seguida, que as maturidades e taxas de juro associadas à dívida têm sido ajustadas, questionando a oportunidade da petição, bem como a defesa da

reestruturação da dívida sem promoção de políticas de austeridade. Indagou, ainda, a opinião dos peticionários quanto à situação com que o país se defrontará numa possível renegociação da dívida e o impacto, interno e externo, decorrente de tal efeito, nomeadamente em matéria de empobrecimento. Defendeu o realismo na análise da situação difícil que Portugal atravessa e de resolução dos seus problemas, e sublinhou que parte do problema que se vive decorre da integração, no perímetro orçamental, de dívida que não estava devidamente contabilizada, nomeadamente de empresas públicas. Questionou se defendem a reestruturação em termos de capital, juros e prazos, e com que alternativa face a políticas de austeridade.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) saudou os peticionários, recordando a recente audição do Conselho Económico e Social no âmbito do Documento de Estratégia Orçamental¹, e a intervenção do Presidente daquele órgão quanto à importância de confrontar os documentos produzidos com a realidade do país. Em matéria de dívida pública, sublinhou a necessidade de evitar, no futuro, as causas que levaram à situação em que Portugal se encontra, sob pena de, sistematicamente, o país se confrontar com situações difíceis. De seguida, recordou a importância do contexto internacional em que Portugal se insere.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou os peticionários e a iniciativa levada a cabo. Referiu que o PCP havia apresentado uma proposta de renegociação da dívida em abril de 2011, como alternativa ao Memorando da Troica, registando com satisfação o facto de cada vez mais setores da sociedade reconhecerem a necessidade de levar a cabo um processo de renegociação da dívida. Questionou os subscritores da Petição quanto à adoção de medidas de limitação do montante de juros pagos anualmente, indexando esse montante às exportações; quanto à necessidade de revisão dos Estatutos do BCE, permitindo que os Estados se financiem diretamente junto do Banco Central; quanto à desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental.

Usou da palavra, posteriormente, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que saudou os subscritores da petição e a iniciativa tomada, recordando o Projeto de

¹ O registo da audição, bem como a sua gravação, podem ser consultados em: www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=97857.

Resolução do BE nos termos da petição apresentada, bem como o acompanhamento efetuado em Portugal sobre a evolução da dívida, nomeadamente pelo Conselho das Finanças Públicas, e o efeito «bola de neve» a ela associado. Questionou, de seguida, os peticionários, nomeadamente quanto à possibilidade de intervenção do Banco Central Europeu, as consequências do Tratado Orçamental e o empobrecimento da população.

Interveio, por fim, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), enquanto relatora, que questionou os peticionários quanto às questões necessárias para o alívio do peso da dívida pública. Questionou ainda, quanto às alterações recentemente ocorridas no mercado das dívidas soberanas (nomeadamente quanto à redução das taxas de juro), o impacto que tal poderia causar numa eventual alteração da petição.

Por parte dos peticionários, começou por intervir o Eng.^o João Cravinho, que sublinhou a necessidade de uma preparação atempada da renegociação da dívida e da consulta dos peritos que a Assembleia da República entenda por oportuno, informando que a intervenção dos subscritores da petição se insere, sempre, no âmbito do enquadramento institucional da União Económica e Monetária e das suas instituições, abrangendo, sem exceção, todos os países da zona euro que possam estar em situação de dívida excessiva. Considerou, ainda, não estarem a falar sozinhos, defendendo, pelo contrário, que Portugal se arrisca a ser o único país a não debater aprofundadamente a questão.

De seguida, interveio o Prof. Paulo Trigo Pereira, que subscreveu a intervenção anterior e sublinhou o aspeto, defendido pelos subscritores da Petição, de uma renegociação honrada e responsável da dívida, no respeito pelas normas constitucionais e orçamentais. Sublinhou que Portugal não está isolado e defendeu que credores e devedores estejam do mesmo lado do problema. Considerou ser função dos peticionários apresentar e alertar para o problema, e ser função dos Deputados e do Governo a procura e opção por uma modalidade de reestruturação da dívida. Refutou tratar-se de uma questão ideológica – razão pela qual há peticionários de todos os quadrantes políticos – e defendeu que o debate não se deve acantonar nesse ponto, pelo facto de estar em causa um desígnio nacional, transversal a todas as ideologias. Quanto às questões referentes às obrigações europeias, considerou

que, com um processo de renegociação da dívida, talvez seja possível cumprir o Tratado Orçamental.

Usou, posteriormente, da palavra o Dr. Bagão Félix que, sobre o Manifesto e a Petição em apreço, defendeu ser um problema estratégico e fundamental do país para as próximas gerações, sob pena de comprometer o futuro. Sublinhou, de seguida, a importância de Portugal ter uma participação ativa no debate, nomeadamente no plano europeu, nas diferentes instituições. Concluiu, defendendo que a reestruturação proposta é com o intuito de poder pagar a dívida.

Em nome dos peticionários, interveio de seguida o Prof. Eduardo Paz Ferreira, que agradeceu a presença e intervenções dos Senhores Deputados, acrescentando que nada consta na Petição que permita concluir que esta defende o fim da austeridade. Considerou, adicionalmente, que as políticas de austeridade são muito negativas para os devedores, mas ainda mais para os credores, por impedirem os devedores de pagar a dívida, reiterando que o seu pagamento é do interesse de devedores e credores e concluindo que as condições que têm sido impostas, no contexto da austeridade, aos países devedores, colocam em causa o projeto e os valores europeus.

Usou também da palavra o Prof. Francisco Louçã, que considerou que a maioria das questões colocadas não tem resposta no contexto do manifesto, exceto talvez a que recorda que as reestruturações levadas a cabo, envolvendo apenas o setor privado, fracassaram, pelo que defendem dever haver uma negociação a vários patamares, envolvendo os parceiros institucionais, no contexto europeu, que no conjunto representam a dívida direta do Estado.

Por fim, em nome dos peticionários, interveio o Dr. Alfredo de Sousa, que agradeceu o acolhimento dos Senhores Deputados. Sobre a oportunidade da petição, e num contexto de profunda renovação das instituições europeias, considerou ser uma boa resposta à oportunidade da petição, bem como aos trabalhos da Assembleia da República.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) agradeceu os esclarecimentos, as informações adicionais e o documento produzido pelos subscritores da Petição, após o



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

que encerrou a audição e deu por concluídos os trabalhos, agradecendo aos peticionários e aos Senhores Deputados a sua presença, após o que deu por concluídos os trabalhos.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

Palácio de São Bento, em 5 de junho de 2014

A Deputada Relatora

Sónia Fertuzinhos